

O impacto da reclusão na conjugalidade e na parentalidade: perspectiva da companheira do recluso

Francisco Simões *
Madalena Alarcão **

RESUMO - O presente artigo resulta de um estudo qualitativo que visou descrever os efeitos da reclusão na conjugalidade e na parentalidade, a partir da visão da companheira do recluso. Triangulando a análise de conteúdo dos dados recolhidos com o recurso à técnica de grupo focal e à própria literatura, foi possível compreender a preponderância de padrões transaccionais marcados pela complementaridade relacional, frequentemente rigidificada em papéis parentais diferenciados e numa posição one-down da mulher. Na sequência da reclusão do companheiro/figura parental masculina, assiste-se a algum reforço da coesão familiar. O processo de amostragem deste estudo é uma das fragilidades metodológicas discutidas. A necessidade de estudos com poder inferencial que possam debelar esta limitação e algumas pistas de reflexão para estudos futuros, como o efeito da reclusão no processo de autonomização dos filhos, são conclusões que resultam do presente trabalho.

Palavras-chave - reclusão, família, conjugalidade, parentalidade, complementaridade comunicacional

ABSTRACT - The present article is the result of a qualitative study that addressed the effects of imprisonment in marriage and parenting, from the point of view of the prisoner's companion. Triangulating the content analysis of the data collected, using the group focal point technique to literature itself, it was possible to understand the relevance of transactional patterns marked by relational complementarities, frequently inflexible in differentiate parental roles and in a one-down women position. As consequence of imprisonment of the partner/ male parental figure, one can observe some reinforcement of family cohesion. The process of sampling of the present study is one of its fragilities which will be discussed. The necessity of studies with inferential power that can overcome this limitation and some reflections for future studies, like the effect of reclusion in the process of autonomization of the children, are conclusions that result from this work.

Keywords - imprisonment, family, marriage, parenting, matching communication

RÉSUMÉ - Dans cet article les auteurs présentent les résultats d'une étude qualitative qui visait décrire les effets de la réclusion sur la vie conjugal et sur la parentalité, du point de vue de la copine du reclus. En recourant à la triangulation de l'analyse du contenu des données recueillies avec l'utilisation de la technique de groupe de discussion et la littérature, il fut possible de comprendre la prévalence des modèles transactionnels caractérisé par la complémentarité relationnelle, souvent renforcée par la une rigidité dans les rôles parentaux différencié et dans la situation one-down de la femme. Suite à la réclusion du copain/ figure parental masculin, on assiste à un certain renforcement de la cohésion familial. Le processus d'échantillonnage de cette étude est une des faiblesses méthodologiques analysées. Le besoin d'études avec des potentialités d'inférence qui peuvent combattre cette limitation et de certaines éléments de réflexion pour les études futures, tels que l'effet de la réclusion dans le processus d'autonomisation des enfants, sont des conclusions qui découle de l'actuel article.

Mots-clés - réclusion, famille, vie conjugal, parentalité, complémentarité communicationnelle

O estudo dos ajustamentos que uma família realiza perante a reclusão de um dos seus elementos deve a sua importância ao impacto e ao significado que a reclusão desde sempre assumiu em todas as sociedades, bem como ao incremento que a mesma tem conhecido nas últimas décadas. De acordo com dados do Conselho da Europa para o Velho Continente, assiste-se, hoje, a uma tendência contraditória. Enquanto alguns países têm conhecido um decréscimo acentuado das suas taxas de encarceramento (por exemplo, Rússia), outros

evidenciam um aumento considerável das mesmas (por exemplo, Luxemburgo) (Aebi & Delgrande, 2009). A mesma fonte revela que, em 2007, Portugal tinha 108.9 reclusos para cada 100000 habitantes, cifra inferior aos 138.6 reclusos que, em média, por cada 100000 habitantes, existem na globalidade dos países europeus. A análise da evolução da população prisional, no nosso País, aponta para um decréscimo de 16% entre 2000 e 2008, de acordo com dados da Direção-Geral dos Serviços Prisionais¹. Uma análise mais detalhada

* Psicólogo. Doutorando do Curso de Doutoramento Inter-Universitário em Psicologia Clínica da Família e Intervenção Familiar, das Universidades de Coimbra e de Lisboa (francisco.simoes@cipp-terceira.com).

** Doutorada em Psicologia Clínica pela Universidade de Coimbra. Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e da Universidade de Coimbra (malarcao@fpce.uc.pt).

dos dados revela, todavia, que: a) o número de reclusos a cumprir penas superiores a 9 anos aumentou entre 2000 e 2008, de 1890 para 1967; b) o número de pessoas que cumpre penas de prisão efectiva inferiores a 6 meses cresceu de 60, em 31 de Dezembro de 2000, para 483, em 31 de Dezembro de 2008; c) no final de 2008, dos 10807 reclusos que constituíam a população prisional portuguesa, 10160 eram homens, os quais, bastas vezes, são a única fonte habitual de rendimento do agregado familiar (Dubéchet, Fronteau & Le Quéau, 2000). Em suma, apesar do decréscimo do número total de pessoas encarceradas em Portugal, as características do processo de reclusão têm, paulatinamente, mudado, colocando novos desafios à investigação.

Na literatura, a reclusão tem sido concebida como factor gerador de uma crise que pressiona processos de mudança familiar. À luz da teoria dos sistemas, aplicada ao estudo do desenvolvimento da família, a crise tem um cunho paradoxal, podendo conduzir a um bloqueio ou, pelo contrário, inaugurar momentos criativos e, desse modo, constituir-se como uma oportunidade (Alarcão, 2000; Ausloos, 1996). Esta dupla resolução reporta-se tanto à crise normativa, ou esperada no quadro do ciclo de vida familiar (por exemplo, entrada na reforma), como à imprevisível (de que é exemplo a própria reclusão).

Grosso modo, a mudança despoletada pela crise poderá ir em duas direcções possíveis. A primeira é aquela que mimetiza a lógica característica dos sistemas não vivos, a da avaria seguida de reparação, gerando mudanças de primeira ordem. Estas, embora afectando as relações entre os diferentes elementos, não alteram o equilíbrio do sistema familiar já que a sua estrutura e as suas regras básicas se mantêm estáveis (Alarcão, 2000). No fundo, as mudanças de primeira ordem acabam por ser aquelas que se referem a adaptações que os sistemas fazem no seu quotidiano, por exemplo, perante situações como uma doença aguda ou visitas inesperadas de amigos ou familiares. Já as denominadas mudanças de segunda ordem têm outra natureza, traduzindo os rearranjos que os sistemas humanos têm de realizar ao longo do seu desenvolvimento para resolver, efectiva e construtivamente, uma crise. Para Watzlawick, Weakland e Fisch (1975), uma mudança de segunda ordem acontece quando existe uma

descontinuidade no desenvolvimento, um salto ou uma transformação que implica a mutação da estrutura e ordem internas do sistema. Mais do que contrárias, as mudanças de primeira e de segunda ordem são complementares, sendo ambas necessárias ao funcionamento familiar. A sua operacionalização depende de múltiplos aspectos, como os recursos disponíveis (sociais, económicos e simbólicos), o tempo (por exemplo, fase(s) do ciclo vital por que passa um determinado sistema familiar), a capacidade de decisão ou a própria representação que a família tem de si mesma, a par do seu sistema de crenças (Camdessus, Bonjean & Spector, 1995).

Partilhando de todo o enquadramento teórico prévio, o presente artigo resulta de uma investigação realizada junto de 12 mulheres/companheiras de reclusos². O objectivo central do mesmo foi descrever as mudanças no sistema familiar, motivadas pela reclusão de um dos seus membros, mais concretamente da figura masculina, identificando os reflexos que a mesma pode ter tido nos sub-sistemas conjugal e parental, na perspectiva da sua companheira. De forma complementar, recorreremos ao modelo bioecológico, e ao seu conceito de processo proximal³ (Bronfenbrenner & Ceci, 1994), de modo a sistematizar as mudanças percebidas pela companheira do recluso, a partir do momento da reclusão, em dois níveis de análise distintos - o da parentalidade e o da conjugalidade.

A nível da parentalidade, tentámos clarificar: a) se as funções educativas eram partilhadas pelo casal, anteriormente ao momento da reclusão; b) se a reclusão motivaria um rearranjo do sub-sistema parental, através de processos de reforço da coesão familiar, via parentificação de um dos filhos do casal ou aproximação de figuras externas ao núcleo familiar (por exemplo, avós); c) qual o apoio de figuras externas ao núcleo familiar no período no período da reclusão.

No plano da conjugalidade, foram estudados os processos proximais no antes, durante e pós reclusão. No período anterior à reclusão, procurámos entender como se organizavam os processos proximais conjugais, através da definição dos papéis no casal e pela identificação da tonalidade afectiva predominante da relação,

mormente no que à estabilidade dos afectos diz respeito (sentimentos genericamente positivos ou oscilação entre afectos opostos e intensos). Na fase correspondente à reclusão, tentámos compreender a evolução dos sentimentos das participantes em relação aos respectivos companheiros e os seus efeitos na opção pela autonomização ou pela manutenção da relação, já no período subsequente ao cumprimento da pena.

Olhando aos objectivos deste estudo, em nosso entender, a sua pertinência prende-se, fundamentalmente, com a construção de conhecimento acerca da reorganização familiar perante a reclusão. Em concreto, parece-nos que esta investigação, apesar das limitações apresentadas e discutidas, constitui-se como um contributo útil para elucidar os técnicos no terreno sobre movimentos de autonomização ou de manutenção da estrutura familiar em relação ao recluso, favorecendo uma intervenção mais apropriada e baseada numa leitura sistémica do fenómeno.

1. MÉTODO

1.1. Enquadramento

O presente estudo foi sustentado por uma metodologia qualitativa, dado ser a mais adequada ao objectivo central de descrever as mudanças no sistema familiar motivadas pela reclusão e de proceder à realização de um estudo exploratório. Além dos pressupostos gerais inerentes aos estudos de natureza qualitativa, considerou-se igualmente importante cruzar diversos instrumentos de recolha de dados e triangular a informação recolhida com outras visões potencialmente informativas.

1.2. Amostra

A amostra do presente estudo foi constituída, exclusivamente, por companheiras de homens em situação de reclusão, as quais: a) deveriam estar unidas ao recluso por via de casamento, união de facto ou simples coabitação, à data da prisão; b) os respectivos companheiros deveriam estar presos há pelo menos seis meses, independentemente de estarem em prisão efectiva ou em prisão preventiva. A definição deste critério temporal mínimo de vivência da situação de reclusão do

companheiro, por parte das participantes, destinou-se a garantir uma apropriação das possíveis mudanças da vida familiar. De destacar que foram entrevistadas, preferencialmente, mulheres que tivessem filhos do companheiro recluso, de modo a viabilizar uma análise dos processos proximais, a nível da parentalidade. Aquelas que não tivessem tido filhos com o companheiro em situação de reclusão não foram excluídas da amostra, sendo estudados os processos proximais conjugais.

O processo de recolha da amostra resultou de um levantamento de conveniência, junto da valência de apoio socio-caritativo da Cáritas da Ilha Terceira, que tem organizado um serviço de apoio voluntário à população reclusa do Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo. Através dele, foi possível aceder a uma listagem de famílias cujo companheiro/progenitor estaria em situação de reclusão, de acordo com os pressupostos de inclusão na amostra. As suas características socio-demográficas são apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 - Características socio-demográficas da amostra (n=12)

Variável	Categorias	F
Idade	20	1
	20-29	2
	30-39	3
	40-49	4
Estado civil (situação perante a relação)	Solteira	2
	União de facto	1
	Casada pela 1.ª vez	6
	Separada	2
	Divorciada	1
Nível de escolaridade	Não lê e não escreve	2
	Lê e escreve	1
	1.º Ciclo EB	5
	2.º Ciclo EB	2
	3.º Ciclo EB	1
	Ensino Secundário	1

O contacto inicial com as mulheres foi feito numa visita domiciliária, destinada a convidá-las a participar no estudo, tendo sido explicados os seus objectivos. Seguiu-se o pedido de consentimento informado para participar na investigação e a garantia de confidencialidade dos dados recolhidos, bem como o seu uso

exclusivo para efeitos da investigação em curso. Foram contactadas, desta forma, 15 mulheres, das quais 2 não compareceram à entrevista e 1 foi excluída pelo facto de, no momento da aplicação dos instrumentos, se ter tornado explícito que a separação desta em relação ao companheiro fora bastante anterior à reclusão. No segundo contacto, foi realizado o levantamento dos dados. De modo a garantir um contexto comunicacional livre de interferências ou de constrangimentos perante as questões que seriam discutidas, foi negociado com cada uma das participantes o local e o melhor horário para a concretização da entrevista.

1.3. Instrumentos

1.3.1. Genograma

O genograma é um instrumento de recolha de informação sobre a família, habitualmente usado no contexto da terapia familiar. Constitui-se, em traços gerais, como uma representação gráfica da árvore familiar, permitindo registar a informação disponível sobre os membros de, pelo menos, três gerações da família e sobre as suas relações. São três os níveis de construção essenciais do genograma. O primeiro refere-se ao traçado da estrutura familiar, o qual representa cada um dos diferentes membros da família bem como o modo como estão relacionados entre si, através de uma simbologia própria. Um segundo nível reporta-se à compilação das informações sobre a família, como, por exemplo, as idades de cada um dos seus elementos, respectivas profissões ou indicadores relevantes para a caracterização de uma determinada situação. Finalmente, um terceiro nível de construção destina-se à representação do colorido afectivo das relações entre os membros da família.

A partir desta representação gráfica das relações familiares obtém-se uma visão genérica dos padrões de interacção que podem transmitir-se, ou ser reescritos, de geração em geração. Para tal, procede-se ao cruzamento da avaliação do contexto familiar actual (eixo de leitura horizontal) com a análise da interligação entre as diferentes gerações, enquadrando o "drama familiar" num âmbito mais vasto ou diacrónico (eixo de leitura vertical) (McGoldrick & Gerson, 1987).

1.3.2. Entrevista semi-estruturada

A entrevista semi-estruturada utilizada foi especificamente construída para esta investigação. Uma primeira parte visou recolher dados biográficos e socio-demográficos das entrevistadas (situação perante o trabalho, composição do respectivo agregado familiar, despesas e rendimentos, entre outros). A segunda parte incidiu sobre o modo como os processos proximais se organizavam nestas famílias, a nível da conjugalidade e da parentalidade.

No caso da conjugalidade, entre outros aspectos, as entrevistadas foram inquiridas sobre: a) regularidade dos contactos com o companheiro em situação de reclusão; b) motivações para a manutenção ou para a ausência de contactos; c) caracterização e satisfação com a vida conjugal anterior à reclusão, d) mudanças sentidas na relação desde que o companheiro fora preso e afectos possivelmente despertados por essa situação; e) perspectivas de futuro no tocante à relação com o companheiro, durante e após o período de reclusão. No caso da parentalidade, a entrevista procurou clarificar: a) como se organizavam os papéis educativos anteriormente à reclusão; b) a satisfação da mãe perante essa mesma situação; c) o impacto da reclusão a nível da coesão familiar; d) o modo de organização dos apoios exteriores à família nuclear e a percepção predominante sobre os mesmos.

1.4. Procedimentos

Os procedimentos de tratamento de dados para os domínios da conjugalidade e da parentalidade basearam-se numa análise de conteúdo das informações colhidas a partir do genograma e da entrevista, sucedida da triangulação das conclusões preliminares daí decorrentes com um grupo de profissionais habituados a trabalhar com famílias de reclusos. Segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo deve ser entendida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos a condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Neste estudo, o processo de codificação dos dados recolhidos assumiu como unidade de análise preferencial o tema. A opção por semelhante critério justificou-se pela natureza dos instrumentos usados e pela temática submetida a estudo. Segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo que tem por unidade de codificação o tema corresponde a uma regra de recorte atenta ao sentido e não à forma, sendo, por isso, aquela que melhor se ajusta à pesquisa de variáveis psicológicas como opiniões, motivações, valores, crenças, tendências, entre outras.

A definição dos atributos dos membros familiares mais próximos (família de origem da entrevistada, companheiro(s) e filho(s)) e a descrição das relações quanto à sua intensidade e tonalidade (positiva ou negativa), tendo em vista a posterior codificação, de acordo com a simbologia própria do instrumento, foram os elementos do genograma tratados através de análise de conteúdo. Já no caso da entrevista, esta técnica foi aplicada às questões abertas ou semi-abertas centradas na conjugalidade e na parentalidade. Foi seleccionada a frequência como método de enumeração ou de medida, enquanto pressuposto auxiliar de categorização da informação. Trata-se da medida de quantificação mais usada na análise de conteúdo, baseando-se no pressuposto de que a importância de uma unidade de registo aumenta com a frequência da sua aparição (Bardin, 2004; Sousa, 2005).

Uma vez realizada a codificação e enumeração da informação, procedeu-se à respectiva categorização. Vala (1997) define categorização como a condensação da realidade feita pelo ser humano no seu quotidiano, de modo a estabilizá-la, identificá-la, ordená-la e atribuir-lhe sentido. A formação de categorias facilita a apreensão do significado central de uma dada parcela da realidade que é observada, tomando-a como a mais preponderante, de acordo com indicadores previamente definidos ou que podem ser estipulados ao longo da própria codificação. No caso vertente, o enquadramento teórico de partida serviu de referencial para confrontação e organização posterior da realidade descrita pelas participantes, em categorias que foram sendo sucessivamente afinadas.

Depois de terem sido traçadas as conclusões preliminares, a partir da análise de conteúdo, estas foram avaliadas por um grupo focal. Powell

(citado em Gibbs, 1997) define grupo focal como um conjunto de indivíduos seleccionados e reunidos para discutir ou comentar um determinado tópico sob investigação, de acordo com a sua experiência pessoal. O grupo focal tem origem noutra técnica, a sondagem. Em comum, estas duas técnicas mantêm o compromisso com o levantamento rigoroso de dados de grande qualidade, a procura de relatos honestos e verídicos e alguma experiência, por parte do moderador, na sua aplicação. Contudo, grupo focal e sondagem apresentam mais diferenças do que semelhanças. Ao contrário da sondagem, o grupo focal procura o *insight* dos sujeitos sobre uma determinada temática e não a formalização de leis acerca de uma situação, acontecimento ou comportamento. Adicionalmente, o grupo focal é uma técnica que exige a colectividade/grupo, a interacção espontânea entre os membros que o constituem e uma análise do conteúdo do discurso verbal e/ou para-verbal.

Como foi referido, o recurso ao grupo focal, neste estudo, teve a intenção de confrontar a discussão dos resultados com uma fonte adicional que não apenas a revisão bibliográfica. Foram abordados 6 técnicos já conhecidos pelo moderador/investigador, para uma sessão que teve a duração de, sensivelmente, uma hora e meia. Nela estiveram presentes 5 dos técnicos abordados, por indisponibilidade profissional de 1 dos elementos. A selecção dos técnicos seguiu o pressuposto dos visados lidarem, usualmente, com famílias de reclusos. O desenvolvimento da sessão em grupo focal partiu de uma apresentação feita pelo investigador acerca dos resultados encontrados, seguida de uma discussão sobre os mesmos, tendo por base a experiência dos participantes enquanto técnicos que lidam com a realidade investigada. O questionamento seguiu um conjunto de tópicos previamente definido em guião, por domínio de estudo. Na sua construção houve o cuidado de respeitar certos pressupostos tais como a garantia de participação de todos os presentes ou a necessidade de focalizar a discussão nos tópicos abordados.

A sessão foi sujeita a registo audiovisual e escrito, contando com a colaboração de 2 técnicos, de modo a que o investigador pudesse dedicar a sua atenção apenas, e só, ao decorrer da discussão. Após a sessão, a informação foi transcrita e submetida a uma análise de conteúdo. A análise de conteúdo baseou-se na avaliação do discurso

dos participantes no grupo focal, com a intenção de perceber se a categorização da informação já realizada até esse momento era corroborada ou infirmada ou se novas categorias emergiam.

2. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1. Conjugalidade

A categorização dos processos proximais conjugais assentou na análise da distribuição dos papéis no casal, atendendo às noções de simetria e de complementaridade. Estas podem ser definidas da seguinte forma:

Na interacção simétrica, os indivíduos tendem a reflectir o comportamento um do outro, minimizando as suas diferenças e ampliando as suas semelhanças comunicacionais (...) Na interacção complementar, o comportamento de um sujeito complementa o do outro, maximizando-se, então, as diferenças entre ambos (...) (Alarcão, 2000, p.74).

Tendo em conta estas definições de simetria e de complementaridade, as relações saudáveis são aquelas que se caracterizam:

(...) pela presença de dois modelos de interacção (simétrica e complementar): a sua alternância no mesmo domínio, mas em tempos distintos, ou em áreas diferentes, é uma condição necessária ao desenvolvimento de comunicações funcionais. (Alarcão, 2000, p. 75).

De modo a melhor enquadrar o processo de categorização no domínio da conjugalidade, foi também usado um critério temporal, considerando-se a organização dos papéis conjugais nos períodos antecedente e conseqüente à reclusão. Neste último caso, procurou averiguar-se se, na fase subsequente à libertação, haveria perspectivas de reunificação ou se, porventura, se assistiria a uma rejeição da relação. Este último pressuposto foi usado como base para a definição de subcategorias.

O quadro 2 especifica as categorias e subcategorias encontradas no domínio dos processos proximais conjugais.

Como pode observar-se no quadro anterior, 6 das participantes foram agrupadas na categoria

Quadro 2 - Categorização dos processos proximais a nível da conjugalidade e respectivas frequências absolutas

Categorias	Subcategorias	Fi
Complementaridade rígida	Rejeição da relação	3
	Desejo de reunificação	3
Complementaridade oscilante	Desejo de reunificação	6
Total		12

"complementaridade rígida". Delas, 3 foram integradas na subcategoria "rejeição da relação", ao passo que as restantes 3 foram colocadas na subcategoria "desejo de reunificação". As outras 6 mulheres foram integradas na categoria "complementaridade oscilante e desejo de reunificação".

Na primeira das categorias apresentadas, denominada de "complementaridade rígida", observou-se uma assimetria declarada dos papéis conjugais. Nela, a posição *one-down*, evidenciada pelo parceiro feminino, actua de forma complementar à iniciativa dominante ou *one-up* do parceiro masculino, sendo que a relação se cristaliza nessa definição complementar de papéis, inviabilizando uma alternância com movimentos simétricos, em que os dois companheiros se posicionam num plano de horizontalidade ou igualdade.

Indícios de carácter instrumental, como a partilha de tarefas ou de tempo, ou emocional, como o colorido afectivo reconhecido à relação (satisfação/ insatisfação), ajudaram a evidenciar uma estrutura conjugal baseada na complementaridade rígida. C. (caso 6), descreve bem esta realidade, alicerçando-se numa perspectiva de solidão conjugal:

(...) a maior parte do tempo ele andava por fora, com os amigos. Havia dias que mal o via. Ele saía, ia para o mar, e depois andava lá pelo porto com eles (os amigos) e eu estava sempre em casa. Às vezes nem sabia bem se estava casada com ele. Não era isto que eu queria.

O colorido afectivo nesta categoria é frequentemente mediado pela violência verbal e/ ou física, como descreve S. (caso 2):

Ameaçava-me verbalmente quando queria dinheiro, embora também tivesse acontecido a

ameaça física. Fazia-me sentir diminuída, era um zero com tudo aquilo que me dizia. Obrigava-me a ficar em casa para que as outras pessoas não me influenciassem [contra ele].

Quanto à antecipação do futuro conjugal, a visão das participantes divide-se. Uma parte delas não deseja manter os contactos durante o período de reclusão dos respectivos companheiros, recusando também a continuidade da relação quando estes vierem a ser libertados, tendo sido, por isso, agrupadas na sub-categoria "rejeição da relação". Algumas assumem mesmo a ruptura emocional e a satisfação com a ausência de contactos, como sucede com S. (caso 2):

[As mudanças] são positivas. Posso brincar com os meus filhos. Ele quando estava comigo afastava-me deles. Sobre-me mais dinheiro para comprar coisas para os meus filhos.

Inversamente, as participantes integradas na sub-categoria "desejo de reunificação" mantêm os contactos com os companheiros na prisão e desejam refazer a vida conjugal com os seus companheiros, para lá do cumprimento da pena. Será, porém, de salientar que a continuidade da relação não parece estar livre de certas condicionantes. A mudança de comportamento por parte do companheiro, como acontece, por exemplo, com C. (caso 6) ilustra isso mesmo:

Depois dele sair a gente vai ver. Espero que ele esteja um homem melhor. Se estiver o mesmo vai ser outro assunto.

Outra categoria encontrada, no domínio dos processos proximais conjugais, foi aquela que se denominou de "complementaridade oscilante". Nela foram integrados aqueles casos em que a definição de papéis conjugais parece assentar na capacidade dos cônjuges articularem processos de amplificação das suas diferenças, levando a que o comportamento de um complemento o comportamento do outro (definição de posições *one-up* e *one-down* oscilantes), com movimentos em que são maximizadas as diferenças embora no sentido de promover a aproximação entre os cônjuges. Tal como ocorreu na categoria anterior (complementaridade rígida), considerou-se que a existência de uma complementaridade oscilante poderia ser observável em aspectos distintos da relação, de carácter instrumental ou afectivo.

A nível instrumental, a complementaridade oscilante é bem descrita a nível da distribuição de tarefas no casal, como acontece com T. (caso 10):

Ele gostava muito de me ajudar em casa, de vez quando, a aspirar, a fazer comida, a cuidar da minha filha. Era um homem que me ajudava muito e até na loja ficava a tomar conta dos negócios. Havia outras coisas que eram mais com ele, como tratar dos cães ou lavar e tratar do carro e de algumas papeladas.

Também P. (caso 9) dá conta do modo como ela e o seu companheiro organizavam a sua conjugalidade numa articulação entre diferenças e semelhanças, no domínio conjugal, sobretudo na dimensão afectiva:

[A vida conjugal era melhor] Porque estávamos sempre juntos. Estávamos sempre lá para apoiar o outro, quando havia um que estava mais em baixo. Agora não o vejo.

Atendendo ao outro critério que ajudou a proceder à categorização da informação no domínio da conjugalidade, ou seja, a evolução dos afectos durante a detenção do companheiro e após a sua libertação, foi possível verificar que as mulheres agrupadas nesta categoria manifestaram, unanimemente, um desejo de reunificação. Essa vontade em manter a relação com o seu companheiro, durante e após a reclusão, traduz-se na continuidade dos contactos durante o período de reclusão e numa predominância ou até num reforço dos afectos positivos já reconhecidos nessa relação. M.I. elucida-nos acerca deste aspecto (caso 7):

Acho que nos tornámos ainda mais amigos ou mais unidos. Acho que o facto de ele estar preso aumenta em mim a necessidade de o ajudar.

2.2. Parentalidade

A nível da parentalidade, e em consonância com as questões de partida deste estudo, a análise de conteúdo e respectiva categorização dos processos proximais baseou-se na análise dos processos de complementaridade e de simetria, no período pré-reclusão. As sub-categorias foram organizadas de acordo com o impacto que a reclusão pareceu ter a nível da coesão familiar. A mesma foi entendida como um movimento geral da família para o

fechamento e aproximação entre os seus diferentes membros (neste caso concreto, entre a mãe e os seus filhos). A classificação de fusionalidade foi utilizada sempre que esta se tornou evidente nos casos de grande ligação entre os elementos e em que pelo menos um dos membros do sub-sistema filial substituiu um elemento do sub-sistema parental (neste caso, a figura masculina ausente) no seu papel educativo (Minuchin & Fishman, 1981).

A estrutura categorial resultante deste enquadramento é descrita no quadro 3.

Quadro 3 - Categorização dos processos proximais a nível da parentalidade e respectivas frequências absolutas

Categorias	Subcategorias	Fi
Complementaridade rígida	Manutenção dos níveis de coesão	3
	Aumento dos níveis de coesão	3
Complementaridade tendencialmente rígida	Manutenção da coesão	1
	Emergência de fusionalidade	1
Complementaridade oscilante	Emergência de fusionalidade	2
Total		10

Uma das categorias que resultou da análise de conteúdo, neste domínio do estudo, foi aquela que descreve a existência de uma sobrecarga das mães na prestação de cuidados e na educação dos filhos, devido aos processos proximais parentais se organizarem em torno de uma complementaridade rígida, no período anterior à reclusão. Neste particular, a complementaridade rígida é vista como uma ampliação máxima das diferenças entre as figuras parentais, evidentes, sobretudo, na realização de tarefas. No caso vertente, nota-se uma sobrecarga da figura materna, a qual é responsável por quase todas as inerências parentais, com excepção das tarefas de subsistência.

A participação do companheiro nas funções educativas surge, então, como muito pontual. Tal é relatado, por exemplo, por M.C. (caso 3):

Era eu que participava mais. Ele nunca se interessou. Quem fazia a higiene e os cuidados era eu. Era eu que ia à escola. Só de vez em quando é que ele ia passear com os miúdos ou almoçar ou jantar fora.

Noutras situações, a ausência do companheiro é total, tal como descreve S. (caso 2):

Sempre fui eu em tudo. Ele nunca participava em nada. Cheguei a ir grávida para o hospital e ele nem me acompanhava. Eu é que os lavava, que fazia a comida, que ajudava nos trabalhos de casa, ia à escola, acompanhava ao hospital, brincava com eles, ia à praia. Tive um marido fantasma.

Nos casos enquadrados na categoria "complementaridade rígida", situações houve em que a reclusão do companheiro não veio introduzir qualquer mudança nos níveis de coesão familiar. Inversamente, outra subcategoria associada à categoria "complementaridade rígida" integra os casos em que é relatado um aumento dos níveis de coesão interna, a partir do momento da reclusão do companheiro/progenitor. S. (caso 2) ilustra esta situação, reportando-se a dois aspectos distintos, a afectividade e a partilha de tempo:

Pudemos ficar mais próximos. Fiquei com mais tempo para conversar com eles [os filhos] e conviver ou ver um filme.

Na categoria que se denominou "complementaridade tendencialmente rígida" a distribuição de tarefas entre os pais também assenta nas suas diferenças. No entanto, neste caso, é relatada a participação do homem em algumas funções, como monitorização do comportamento escolar ou controlo comportamental. Integrando a subcategoria "manutenção dos níveis de coesão", S.R. (caso 12) é explícita a este respeito quando fala da sua relação com o filho mais velho:

Eles choram muito, então o mais velho sente muito a falta dele. A relação entre mim e o mais velho tem sido sempre assim, mesmo depois da prisão do meu marido.

Já no caso da sub-categoria "emergência da fusionalidade", a crise despoletada pela reclusão do progenitor parece ter contribuído, de acordo com a única participante integrada nesta categoria, para um reforço da relação. Segundo D. (caso 1):

Desde que o meu marido foi preso, ele [o filho] tenta acompanhar-me mais e tenta substituir o pai: vai comigo ao médico, fica em casa para me fazer companhia, vai-me fazer as voltas, pagar as contas e fazer as compras.

D. reconhece expressamente que o filho ocupa o lugar deixado em aberto pelo pai, subindo, desse modo, ao sub-sistema parental por via de uma parentificação:

[o filho] Nunca vai para festas e quando vai está sempre a telefonar. Mesmo quando vai para casa da namorada leva-me com ele. É assim depois que o pai foi preso.

A outra categoria criada neste domínio é a denominada "complementaridade oscilante". Aqui, parece ser evidente uma tentativa dos pais em estabelecer um equilíbrio nos seus papéis parentais, ainda que a dominância de um e de outro surja em áreas diferenciadas, resultando numa divisão mais equitativa das tarefas, anteriormente à reclusão.

A complementaridade oscilante é evidenciada, por exemplo, por P. (caso 9), que dá conta da participação efectiva do companheiro em, praticamente, todas tarefas educativas e de prestação de cuidados primários:

Participávamos os dois. Ele era muito conselheiro [da filha] e ajudava nos TPC, em especial na Matemática. Ele também fazia alguma comida, mas a higiene e tratar quando ela estava doente era eu que fazia.

No período posterior à reclusão, as relações mãe-filhos, nesta categoria, parecem apontar para a existência de vínculos fusionais, como foi já salientado anteriormente. P. (caso 9), por exemplo, admite isso ao reconhecer o esbatimento das fronteiras entre sub-sistema parental e sub-sistema filial:

Como somos só nós as duas, ficámos mais unidas. Ela está sempre ao pé de mim, não gosta de comer ou de dormir fora de casa, para me fazer companhia. Às vezes, as amigas costumam mesmo ficar cá comigo e dizem que gostariam de ter uma mãe como eu, porque parecemos duas irmãs.

Em resposta ao genograma, a mesma participante realça a forma como a relação com a sua filha tem também um valor de suporte compensatório, na ausência do companheiro:

Quando precisa de alguma coisa, é sempre a mim que recorre. Ela é também "montes" de protectora em relação a mim.

O apoio de terceiros no desempenho das funções parentais, nomeadamente de membros da família

de origem ou da família alargada, foi também averiguado no presente estudo. Os dados recolhidos a partir da entrevista permitem perceber que nem sempre este tipo de apoio é canalizado para as questões educativas.

Quadro 4 - Tipos de apoio actualmente fornecidos pela família às mulheres entrevistadas e respectivas combinações

Tipos de apoio	Fi
Apoio económico	1
Apoio à prestação de cuidados parentais	2
Suporte emocional + apoio económico	3
Apoio à prestação de cuidados parentais + apoio económico	2
Total	8

O quadro 4 mostra como o apoio familiar pode cobrir uma área específica ou assumir uma forma mais híbrida, ora combinando o suporte emocional e o apoio económico, ora cruzando o apoio à prestação de cuidados parentais e o apoio económico. Todavia, será de notar o seu carácter instrumental predominante pois, de um modo isolado ou combinado com outras formas de suporte, o apoio económico é aquele que é mais vezes mencionado pelas participantes que reconheceram a importância das redes informais na gestão do seu quotidiano. Será importante mencionar, igualmente, que em 4 dos casos integrados na amostra, o apoio familiar não é identificado.

3. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

3.1. Conjugalidade

A categorização dos dados recolhidos neste estudo sobre processos proximais conjugais aponta para uma proporção idêntica de relações conjugais baseadas numa complementaridade rígida e de relações conjugais assentes numa complementaridade oscilante, no período anterior à reclusão. A complementaridade rígida, traduzida em aspectos como a divisão rígida de tarefas ou a partilha de tempo e interesses, surge, habitualmente, associada a concepções de conjugalidade mais tradicionais ou institucionais (Torres, 2002). Tal parece ser

potenciado por factores socio-demográficos como baixos capitais escolares, profissionais e económicos (Aboim, 2005; Wall & Guerreiro, 2005). As narrativas construídas por estes cônjuges vão tecendo uma teia de interações que ajudam a definir a posição de cada um dos parceiros, a qual não depende apenas do grupo social de pertença *per si*. No caso vertente, muitas das participantes no estudo vão moldando a sua identidade em torno do papel de cuidadora, face à carência de outros vínculos sociais que permitam triangular esse processo de construção identitária, parecendo favorecer modelos conjugais mais centrados numa distribuição rígida ou tendencialmente rígida dos papéis conjugais.

Em associação com o grupo social de pertença e com aspectos biográficos das participantes, a reprodução dos modelos conjugais das famílias de origem é normalmente avançada como outro motivo para os resultados encontrados a nível da conjugalidade. Esta visão, merece, porém, ser ponderada com algum cuidado, porquanto: a) da análise dos genogramas não resulta claro, neste estudo, que tais mecanismos de transmissão geracional tenham preponderância, pelo menos do lado da mulher do recluso; b) a difusão geracional de padrões de interação familiar não opera de forma generalizada e numa lógica causa-efeito (Sani, 2003); c) nesta investigação, é referida uma ruptura deliberada com padrões conjugais observados nas famílias de origem, por parte de algumas das participantes.

Quanto à evolução dos afectos das participantes ao longo e após o cumprimento de pena dos respectivos parceiros, e nos casos em que a complementaridade rígida conjugal surge cruzada com a rejeição da continuidade da relação, parece existir um desfasamento entre a relação idealizada e a relação concretizada; este é marcado pela ausência do companheirismo esperado e, por vezes, está associado a violência verbal e/ou física. Esta discrepância, segundo alguns autores, deve-se ao facto das mulheres tenderem a conceber o modelo conjugal numa base mais igualitária quando, no seu dia-a-dia, estão, afinal, mais sobrecarregadas e isoladas do que os homens (Aboim, 2005; Wall & Guerreiro, 2005). O valor deste argumento na explicação das rupturas conjugais em famílias de reclusos é sustentado pelos técnicos ouvidos no

contexto de grupo focal. Todavia, no seu entender, outros motivos de natureza temporal parecem ser críticos na explicação de uma eventual separação. Especificamente, relações mais curtas e penas mais longas poderão ser determinantes na concretização de rupturas da relação.

Por seu turno, o desejo de reunificação, num contexto de conjugalidade rigidamente complementar, parece assentar numa perspectiva da união entre homem e mulher enquanto destino a cumprir. Esta via explicativa, comum a uma concepção de conjugalidade tradicional ou institucional (Torres, 2002), é consistente com a visão do grupo focal e com contributos de outros autores, os quais revelam que os afectos e funções do casal, nesta forma de conjugalidade, acabam por ser desviados, muitas vezes, para as responsabilidades educativas com os filhos e para a necessidade de manter a coesão familiar (Torres, 2002; Wall, 2003).

No modelo de complementaridade oscilante, o desejo (unânime) de reunificação parece resultar, em primeira instância, de uma afectividade positiva vivenciada nas relações. Estas são consistentemente descritas como fortes, de grande partilha de afectos, interesses e tarefas, ao invés do que sucede em relações marcadas por processos proximais organizados em torno de uma complementaridade rígida. Uma oscilação entre posições *one-up* e *one-down* traduz a recorrência de momentos em que os cônjuges abandonam uma estrutura relacional organizada sobre um eixo vertical para se colocarem num patamar de horizontalidade ou de igualdade, que promove sentimentos de proximidade (Minuchin, 1979). Nestas circunstâncias, a crise tenderá a ser encarada como uma vicissitude que contribui para o reforço da relação, no quadro de uma visão romantizada da adversidade vivida a partir da reclusão, comum em algumas narrativas conjugais que tendem a sobrevalorizar o encontro, a formação do casal e a sua vivência no quadro de uma estrutura idealizada (Rosa, 2005). Adicionalmente, e atendendo aos dados recolhidos na sessão em grupo focal, a complementaridade oscilante pode assegurar a vontade em manter a relação porque a forma como esta se estrutura assegura a existência de um espaço vital onde a mulher exerce a sua independência, o que também contribui para a satisfação sentida anteriormente e que se pretende prolongar.

3.2. Parentalidade

A análise dos resultados no domínio dos processos proximais parentais compilados neste estudo realça, em primeiro lugar, a preponderância de um modelo de complementaridade rígida na assunção das funções parentais. Já antes da reclusão do companheiro, e na maioria dos casos estudados, é a mulher que se encarrega de grande parte das tarefas parentais (por exemplo, cuidados básicos). Pontualmente, e não em todos os casos integrados nesta categoria, o pai assume responsabilidades que recaem em áreas de abertura do sistema ao exterior (por exemplo, dinamização de tempos de lazer). O *background* escolar e profissional, o estrato socio-económico de pertença ou uma idealização e aceitação da distribuição assimétrica dos papéis parentais, à semelhança do que ocorre na conjugalidade, são algumas das explicações avançadas na literatura para o predomínio desta forma de estruturação da parentalidade nas famílias a que pertencem as participantes (Rosa, 2005). De acordo com as informações colhidas em grupo focal, além da pertença social, a estrutura de personalidade destas mulheres, nomeadamente a sua submissão e funcionamento dependente relativamente aos maridos, foi também salientada como justificação para a proeminência de uma parentalidade baseada num modelo de complementaridade rígida.

O estudo da coesão familiar serviu como variável de sub-categorização da informação encontrada nos domínios dos processos proximais parentais. Esperava-se que esta tivesse efeitos mais facilmente detectáveis e unívocos, já que uma das consequências habituais de uma crise sobre o sistema é a pressão no sentido do mesmo aumentar a sua unidade (Alarcão, 2000). Neste particular, foram encontradas três situações díspares, uma primeira que aponta para a manutenção dos níveis de coesão na sequência da reclusão, uma segunda que indicia o seu aumento e uma terceira que apenas remete para a existência de uma interligação fusional entre os membros do sub-sistema parental (aqui representado pela mãe) e do sub-sistema filial.

Nas situações em que é relatada uma manutenção dos níveis de coesão interna, a inexistência reconhecida de um reforço dos vínculos entre mãe e filhos poderá advir do facto de, anteriormente à

reclusão, estes serem já fortes, em função da demissão do pai das suas funções parentais. Sobretudo os filhos mais velhos são descritos como mantendo relações intensas com a mãe, por vezes de carácter instrumental, ajudando-as nalgumas funções como a limpeza da casa ou a prestação de cuidados aos mais novos. Nos casos em que é reconhecido um reforço da coesão familiar, o valor da crise parece ser identificado de forma mais aguda. Todavia, em ambas as situações (manutenção ou reforço da coesão), a própria biografia destas mulheres aponta para um investimento na função interna da família como fonte primacial de gratificação. Nalguns casos, a intensidade das relações entre a mãe e os filhos é descrita pela fusionalidade do laço. O factor que parece contribuir de modo mais consistente para a coesão familiar é a própria estrutura. A reclusão, ainda que de forma transitória, dá origem a uma família *pas-de-deux*, tal como é descrita por Minuchin e Fishman (1981). Pela sua natureza (núcleo familiar com somente dois elementos, um do sub-sistema parental e outro pertencente ao sub-sistema filial), a família *pas-de-deux* acaba por facilitar os processos de parentificação. Estes são bastante evidentes nos relatos das mulheres entrevistadas, sobretudo no caso de filhos adolescentes, pois, nestas circunstâncias, em vez da sua autonomização, assiste-se à sua ascensão ao sub-sistema parental. A substituição do pai ausente pode ter um pendor mais afectivo, quando a relação fusional adquire traços de companheirismo. Todavia, o cariz mais instrumental da relação, materializada no apoio à gestão do quotidiano, alimenta igualmente as interações de mãe e filho(a).

Quanto ao apoio de terceiros como forma de triangular os processos proximais parentais, este tende a não ser mencionado numa parte importante dos casos. Nos restantes, assume um carácter puramente instrumental (por exemplo, apoio económico) ou um carácter híbrido (por exemplo, apoio económico+apoio emocional). Fica, pois, a ideia de que há um certo isolamento da mulher no desempenho das funções parentais, congruente com argumentos já avançados para a preponderância de modelos parentais balizados pela assimetria na distribuição das responsabilidades educativas, com clara sobrecarga materna. A isto poderá associar-se o que parece ser um modelo de relação entre estas famílias nucleares e as famílias de origem e/

ou alargada, mediado pelo seu valor instrumental. Tal poderá significar o predomínio de uma concepção tradicional das relações familiares, ancorada na garantia de necessidades básicas e não tanto na satisfação de necessidades emocionais, sobretudo no que diz respeito ao cumprimento de tarefas parentais (Torres, 2002).

4. CONCLUSÕES

De acordo com os dados recolhidos, parece legítimo afirmar que a reclusão é um acontecimento relativamente inócuo quanto ao seu impacto no desenvolvimento familiar, na perspectiva das mulheres que participaram neste estudo. Os processos proximais conjugais e parentais mantêm-se relativamente estáveis após a reclusão, face à assimetria de papéis em ambos os domínios do funcionamento familiar, no período anterior a esse acontecimento.

A existência de uma certa organização monoparental revela-se uma característica intrínseca a muitas das famílias mesmo antes da reclusão, facilitada pela ausência ou pelo carácter periférico da figura parental masculina. A predominância de movimentos centrípetos organiza-se, pois, de forma compensatória ao isolamento da mulher no sub-sistema parental, protagonizada, bastas vezes, pelos filhos e, de forma mais pontual, pela rede de suporte informal, nomeadamente pelas famílias de origem e alargada. No extremo, cristalizam-se parentificações, aparentemente resultantes, aí sim, da ausência física permanente do pai/companheiro em situação de reclusão, dando origem a estruturas familiares *pas-de-deux* (Minuchin & Fishman 1981).

Assim sendo, considera-se que este estudo acaba por descrever funcionamentos familiares pautados por estereótipos de género, conducentes ao isolamento da mulher no cumprimento da função interna da família, com os filhos a exercerem algumas funções respeitantes aos seus educadores.

Não obstante a tónica colocada no rigor descritivo, as conclusões anteriores devem, porém, ser entendidas no quadro das limitações deste estudo, entre as quais se salientam: a) o tamanho reduzido da amostra e o seu carácter de conveniência, com um peso evidente de famílias multi-desafiadas por

condicionantes socioeconómicas; b) a recolha de dados, com apelo a uma análise retrospectiva das experiências de vida das participantes, daqui decorrendo potenciais riscos como a interferência na recuperação mnésica em função da intensidade, cunho afectivo ou carácter invulgar/marcante de determinados episódios de vida, de que é exemplo a reclusão de um membro da família (Foddy, 1996); c) o carácter subjectivo dos procedimentos de análise de dados, nomeadamente a análise de conteúdo e o recurso a grupo focal, apesar de utilizados numa lógica de triangulação (Vala, 1997).

De modo a contornar as limitações supra-mencionadas, afigura-se, pois, importante que: a) futuras investigações nesta área assumam, também, um cariz quantitativo, sustentando o seu *design* experimental em processos de amostragem aleatória; b) o recurso a planos experimentais permita a comparação entre grupos independentes de famílias que passem por diferentes tipos de adversidades, de modo a substantivar, com maior rigor, os efeitos imputáveis ao fenómeno sob investigação; c) as potencialidades de triangulação de procedimentos de análise e tratamento de dados sejam expandidas, à semelhança de soluções já ensaiadas neste estudo.

O impacto efectivo da reclusão sobre processos de autonomização filial, a importância do tempo de pena sobre a conjugalidade e a parentalidade, nomeadamente quanto à manutenção ou ruptura da relação ou a necessidade de equacionar a reentrada do recluso na família, sobretudo naqueles casos em que a fragilidade da estrutura familiar é mais evidente, são pistas consideradas relevantes para investigações futuras.

Notas

¹ Cf. www.dgsp.mj.pt.

² Este estudo foi apresentado no âmbito do Mestrado em Ciências Sociais, promovido pelo Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

³ Segundo Bronfenbrenner e Ceci (1994), o desenvolvimento humano resulta de processos de interacção recíproca entre o sujeito activo e em evolução e as pessoas, objectos e símbolos no seu ambiente imediato. Estas formas de interacção no ambiente imediato denominam-

se processo proximal. O processo proximal enquadra-se numa visão positiva do desenvolvimento humano, surgindo como um mecanismo através do qual o genótipo ou potencial de um sistema se actualiza em fenótipo. Actividade, regularidade, complexidade progressiva, reciprocidade e estimulação são as condições que os processos proximais deverão evidenciar para que se efective o desenvolvimento do ser humano.

Referências

- Aboim, S. (2005). As orientações normativas da conjugalidade. In K. Wall (Org.), *Famílias em Portugal: Percursos, interacções, redes sociais* (pp. 169-229). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aebi, M. F., & Delgrande, N. (2009). *Council of europe annual penal statistics (SPACE I)*. Retirado a 29 de Junho de 2009 do site do Conselho da Europa: <http://www.search.coe.int/texis/search>.
- Alarcão, M. (1998). Família e redes sociais - malha a malha se tece a teia. *Interacções*, 7, 93-102.
- Alarcão, M. (2000). *(Des)equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Alarcão, M., & Sousa, L. (2007). Rede social pessoal: Do conceito à avaliação. *Psychologica*, 44, 353-376.
- Arditti, J. (2005). Families and incarceration: An ecological approach. *Families in Society*, 86, 251-258.
- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias: Tempo, caos e processo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3ª ed.) Lisboa: Edições 70.
- Bronfenbrenner, U., & Ceci, S. J. (1994). Nature vs. nurture in developmental perspective: A bioecological model. *Psychological Review*, 101, 568-586.
- Camdessus, B., Bonjean, M., & Spector, R. (1995). *Crisis familiares y ancianidad*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Dubéchet, P., Fronteau, A., & Quéau, P. (2000). La prison bouleverse la vie des familles de détenus. *Consommation et Modes de Vie*, 143, 43-47.
- Foddy, W. (1996). *Como perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta Editora.
- Gibbs, A. (1997). Focus groups. *Social Research Update*, 19. <http://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU19.html>.
- Minuchin, S. (1979). *Familles en thérapie*. Paris: J.P. Delarge.
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (1981). *Family therapy techniques*. Cambridge: Harvard University Press.
- McGoldrick, M., & Gerson, R. (1987). *Genogramas en la evaluación familiar*. Buenos Aires: Gedisa.
- Rosa, R. (2005). A escolha do cônjuge. In K. Wall (Org.), *Famílias em Portugal: Percursos, interacções, redes sociais* (pp. 117-165). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Sani, A. I. (2003). Crianças expostas à violência interparental. In C. Machado, & R. A. Gonçalves (Coords.). *Violência e vítimas de crimes: vol.2 - crianças* (pp.95-131). Coimbra: Quarteto Editora.
- Sousa, L. (2005). *Famílias multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Torres, A. (2002). Casamento : Conversa a duas vezes e em três andamentos. A relação entre vida conjugal e trabalho. *Análise Social*, 163, 569-602.
- Wall, K. (2003). Famílias monoparentais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, 51-66.
- Wall, K., & Guerreiro, M. (2005). A divisão familiar do trabalho. In K. Wall (Org.), *Famílias em Portugal: Percursos, interacções, redes sociais* (pp.303-362). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Watzlawick, P., Weakland, J., & Fisch, R. (1975). *Changements, paradoxes e psychotérapie*. Paris: Seuil.
- Vala, J. (1997). A análise de conteúdo. In A. Santos Silva, & J. Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (8ª ed.) (pp.101-128). Porto: Edições Afrontamento.